



Circular 5/72 do Bispo Diocesano: Brasil — 150 anos

Prezados diocesanos,

A propósito dos 150 anos de nossa independência não faria falta a minha palavra, tantas são as manifestações públicas e as comemorações oficiais ou particulares. Menos falta, se considero que em nossa região, provada por tantos e tão dolorosos sofrimentos, pouca importância se tem dado aos festejos cívicos. Também nisto parece que vivemos marginalizados. E no entanto acho necessário exprimir algumas idéias que me ocupam. Idéias velhas ou novas, pouco importa. Sejam testemunho, sejam participação de quem ama a grande Pátria e esta sofrida Baixada Fluminense.

1. Crescimento inegável

Os documentos atestam o crescimento do Brasil nos seus 150 anos de país independente. Mesmo descontado o excesso retórico de muitos textos escolares. Se olho apenas os anos de minha vida, 30 ou 40 atrás, verifico um progresso espantoso. Volto à minha cidade natal, Aracaju, e melhor ainda a São Cristóvão, cidadezinha de minha infância consciente, ambas em Sergipe, com sua vida pacata, com seu crescimento vagaroso e quase nulo, com sua pequena população entretida em pequenas vivências, com suas raras indústrias de transformação, com seu equilíbrio mesquinho de oferta e procura, com suas práticas religiosas estabelecidas e imutáveis, com sua política de coronéis que começava pelo grão-coronel do Catete dominando eleição, eleitor e eleito, com suas ruas de terra poeirenta não iluminadas ou mal iluminadas de uma luzinha que mais parecia ponta de cigarro na escuridão das noites bem dormidas — penso em tudo isto e comparo com a vida moderna dessas mesmas cidades, seu dinamismo, seu progresso, seu impulso para a frente. O crescimento é inegável. É inegável o crescimento do Brasil. Se volto aos meus antigos campos de atividade — Paraíba, mais precisamente Campina Grande, Bahia — em toda a parte se deve reconhecer forçosamente a explosão do progresso e desenvolvimento. Quem viu a Bahia há 30 ou há mesmo 10 anos passados e quem a vê hoje remoçada sem perder a graça de seu passado colonial, explodindo progresso e beleza em todas as direções quase. Em termos de economia e de finanças, em termos de estradas e eletricidade, em termos de máquinas e técnica, em termos de produção e de consumo talvez seja bem fácil constatar o progresso. Mas também quando olharmos o aspecto de muitas vilas e cidades — nem todas, — quando consideramos a apresentação de nosso povo simples: em toda a parte se nota um progresso inegável, apesar de todas as falhas e defeitos, apesar da corrupção e das distorções. O Brasil cresceu. O Brasil cresce. De uma maneira

ou de outra quero crer que a linha do crescimento, a partir sobretudo de 1930, foi mantida e acelerou o progresso nacional. Mas quanto resta ainda por fazer, até que o Brasil possa corresponder à sua vocação de grande país. Quanto falta ainda para integrar as grandes massas marginalizadas de nossa pátria, gente sem eira nem beira que vegeta à margem da civilização e da cultura.

2. Crescimento frágil

A não integração de muitas áreas geográficas e humanas do país neste esforço generoso de crescimento é também inegável. Evidente, o Brasil não é mais o lamentável arquipélago social e econômico, cultural e humano de 50 anos atrás, bem ainda na tradição colonial dos homens caranguejos que, no dito pitoresco de Fr. Vicente do Salvador, ficavam arranhando as areias da praia. Tem havido esforço de integração. E no entanto grandes áreas continuam ainda desintegradas socialmente da realidade brasileira. Penso no meu Nordeste natal, apesar de tantas iniciativas louváveis. Penso na Baixada Fluminense, nesta querida Baixada de tantas virtudes e de tantos pecados, marcada pela irresponsabilidade de tantos figurões vazios do passado e sofrendo hoje e amanhã e ainda por longos anos as consequências de muitos desacertos. Também a Baixada cresceu e progrediu, conforme testemunham muitos de seus antigos moradores. Mas trata-se de um crescimento casual, irregular, desintegrado que se reflete claramente na paisagem urbanística de nossos aglomerados urbanos. Mais inchação do que crescimento. Mais explosão caótica do que desenvolvimento. E o pior: não se descobre, na precipitação dos acontecimentos rotineiros, o tempo suficiente para refletir sobre os desacertos passados nem se sente humildade corajosa, para prever o futuro, independentemente de outros dividendos políticos imediatos. Daí por que o crescimento nesta e noutras áreas do Brasil parece de fato marcado pela fragilidade congênita. Para descobrir-se isto, basta observar honestamente o funcionamento das chamadas infra-estruturas. Desenvolvimento sem esforço corajoso de integração equivale a subdesenvolvimento cultivado. Talvez se possa mesmo afirmar que o subdesenvolvimento se caracteriza, antes de tudo, pela falta de integração. Há crescimento setorial, muitas vezes em setores secundários ou marginais, ao passo que se atrasam os setores básicos, essenciais ao progresso orgânico. Aqui pensamos no setor fundamental da educação/formação. Subdesenvolvimento gera subdesenvolvimento. A única maneira de quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, que causa subdesenvolvimento, está

Cúria Diocesana

Aviso 30/72: Material para implantação do dízimo

Encontram-se na cúria diocesana, à disposição dos interessados, os cartazes e folhetos impressos pela diocese para facilitar a implantação do dízimo.

Catedral, 16 de julho de 1972

Mons. Arthur Hartmann, vig. geral

Aviso 31/72: Viagem do bispo diocesano

No fim de julho segue para a Alemanha e Suíça o bispo diocesano, para tratar dos interesses de nossa diocese. D. Adriano demora-se 5 ou 6 semanas no estrangeiro e pede para sua atividade as orações dos padres, religiosos e leigos.

Catedral, 16 de julho de 1972

Mons. Arthur Hartmann, vig. geral

Aviso 32/72: P. Belmiro de Azevedo Campos

No dia 29 de junho pp., festa de S. Pedro e S. Paulo, o bispo diocesano conferiu a ordem do presbiterato ao diácono Belmiro de Azevedo Campos. O Pe. Belmiro seguiu logo para Portugal, onde vai rever seus pais e parentes, contando voltar no fim de agosto. Até completar os seus estudos ficará exercendo o cargo de cooperador na paróquia de Olinda. Ao neo-sacerdote desejamos um apostolado fecundo na Baixada Fluminense e felizes férias na terra natal.

Catedral, 16 de julho de 1972

Mons. Arthur Hartmann, vig. geral

Notícias

• Pela primeira vez a cidade de São João de Meriti faz sua *Feira da Amizade*, iniciativa da paróquia de São João. Excelente resultado (23-06).

• *Festa de São João Batista*, na paróquia de São João de Meriti. O bispo diocesano celebra a S. Missa festiva e faz a pregação (24-06).

• Viaja para a Itália em gozo de férias o P. José Tiffone, pároco de Coelho da Rocha (SJM) (28-06).

• Na igreja de S. Sebastião, de Olinda, o bispo diocesano ordena sacerdote o diácono *Belmiro de Azevedo Campos* e diácono o subdiácono *João Silvério Romero*. Grande participação de sacerdotes que concelebraram e de fiéis (29-06).

• Festa do S. Coração de Jesus na sua paróquia do K-11. Celebração da S. Missa e pregação do bispo diocesano (02-07).

• Festa de S. Pedro e S. Paulo na sua igreja (em construção) do *Jardim Iguacu*, confiada ao P. Max Eyng. Boz participação do povo (02-07).

• Visitam o bispo diocesano o P. *Adriaan Verschuren* CICM, provincial da Holanda, e o P. *Kees Hogedorn* CICM, diretor nacional da Comissão Geral das Missões, também da Holanda. Ambos estão percorrendo o Brasil e as obras de sua congregação (Scheut) (04-07).

• Viaja para Portugal o neo-sacerdote P. *Belmiro de Azevedo Campos* (04-07).

• Viaja para a Europa o P. *Valdir Ros*, pároco do Riachão (05-07).

• Cerca de 35 padres da diocese fazem o *retiro em Nosso Lar* sob a direção do P. Oscar Müller (São Leopoldo) (10/13-07).

• *Reunião mensal do clero*, fazendo-se então a última discussão sobre as normas que regularizam o dízimo na diocese, e logo depois a sua promulgação. Fr. Rolim, OP, que está fazendo

uma pesquisa sobre cultos populares na diocese de Nova Iguaçu, faz uma interessante exposição sobre os resultados da pesquisa (14-07).

• Encerramento deste número: 16-07-1972. Endereço do BD: *Cúria Diocesana*, C.P. 22 — 26000 Nova Iguaçu — RJ (Tel. 2609).

CALENDARIO SOCIAL AGOSTO/1972

n = nascimento; o = ordenação; v = votos

- 02 n(1915) Francisco Sancho de Assis, pAu
v(1941) Clarissa Beck FBonl, NI
v(1941) Benevenuta Huber FBonl, NI
o(1953) Henrique Dominicus CICM, CEPAC
03 n(1913) M. Luíza Bonfim FC, SJM
04 o(1959) Pedro Geurts CICM, CEPAC
o(1963) José Devos CICM, cLQ
o(1963) Paulo Muller CICM, vSMar
06 n(1933) Valdemira Tereza Back FDil, SJM
v(1941) M. Cláudia Schmid FDil, SJM
v(1941) M. Edelgarde Klein FDil, SJM
07 n(1939) M. Luíza Pfiffer FDil, SJM
o(1960) André Decock CICM, cNICat
09 n(1940) M. Fernanda de Freitas FDil, SJM
10 n(1928) David Keegan CSSp, vVT
n(1930) Geraldo Hagedorn OFM, cNCon
o(1935) José Beste, PBRCon
11 n(1916) Joaquim Mário Pelonzi, pE
14 n(1940) Yeda Maria Dalcin FBonl, NI
15 n(1937) Davi Costa da Silva OFM, vPir
o(1968) Ivanildo de Holanda Cunha, alt
18 n(1913) A. Natália Peixoto Maya FSant, P
n(1936) A. Maria da Graça L. Magalhães
FSant, P
n(1931) A. Noemi Mendes FSant, P
21 v(1931) Alice Lansang ICM
22 v(1929) Imelda Dietrich FBonl, NI
v(1957) Tereza Vannucchi MJCruc, MCouto
24 o(1940) Tiago Gózik SVD, vL
26 n(1921) José Fernandes Coujil, pQFat
27 n(1943) Vitalino Turcato OFM, cNCon
28 n(1925) Edna Tenazzi MJCruc, MCouto
v(1933) Ambrósia Most FBonl, NI
29 v(1932) Hedwig Pfister FBonl, NI

CALENDARIO SOCIAL SETEMBRO/1972

n = nascimento; o = ordenação; v = votos

- 06 n(1933) Enriette Groenen ICM
n(1942) Estêvão Ottenbreit OFM, cNCon
07 n(1914) Aloísio Rucha, pCSO
08 v(1946) M. de Lourdes Fernandes FC, NI
Hosp
10 n(1941) Olívia Barreto Gomes MJCruc,
MCouto
o(1949) *João de Nijs MSC*, coord. de past.,
vUR
11 n(1933) Eliette M. Gomes Lavinias, MJCruc,
MCouto
17 n(1913) Geraldo Roderfeld OFM, cSJM
19 n(1932) Guilherme Steenhouwer SSSC, vPFI
20 n(1943) Benjamin Berticelli OFM, cSJM
21 o(1929) Mons. Arthur Hartmann, vig. geral,
cura NICat
22 o(1916) Mons. Solano Dantas de Menezes,
cH
n(1921) Maurício Vian OFMCap, vJ
o(1956) Caetano Sansone OFMCap, vC
23 n(1937) Alice Lansang ICM
27 v(1937) Tereza Ferreira Lima FC, Viga
n(1945) Irene Bonin FDil, SJM
28 n(1913) Dinarte Duarte Passos, pNICJ
n(1925) Verônica Eyng, NI
29 o(1956) William van de Meerakker SSSC,
cPFI

em os responsáveis colocarem a educação/formação, corajosamente, decididamente, como primeira prioridade no seu esforço de progresso. E quando falamos de educação/formação, pensamos em todos os aspectos da problemática, a começar por ex. da boa formação e da condigna remuneração dos formadores. O subdesenvolvimento, como já notava agudamente o P. Lebret e todo homem inteligente confirma, acentua como prioridade o que é secundário ou terciário; prefere as obras suntuosas e os espetáculos promocionais, numa total alienação em face da realidade social da comunidade; desconhece o planejamento a médio e longo prazo, já que se esgota totalmente na euforia do imediato e na preocupação absurda do prestígio. Isto acontece em vários aspectos da vida nacional. Mas aqui na Baixada Fluminense, pela vizinhança do Rio de Janeiro, pela situação no triângulo do progresso industrial e econômico do Brasil, pela atração que exerce sobre as populações rurais do Nordeste, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Estado do Rio, o fenômeno torna-se escandaloso. A Velha Província ainda não conseguiu assimilar a Baixada Fluminense em seu processo incoercível de crescimento/inchação. A Baixada continua sofrendo os impactos da mesquinhez e da miopia, da ignorância e da corrupção, da marginalização e do improviso, vítima paciente das aventuras que se sucedem no rodízio dos aventureiros. Entra governo e sai governo, e a Baixada — na opinião de muitos conhecedores uma das áreas mais explosivas do país, das mais explosivas, das mais abandonadas, das mais atrasadas, apesar das aparências em contrário — entra governo e sai governo, e tudo aqui continua improvisado, mesquinho, caótico.

3. Crescimento orgânico

Conhecida e reconhecidamente a nossa democracia tem sofrido fortes restrições nos últimos anos. De quem a culpa? Todos somos mais ou menos culpados. Sem forçá-lo demais, vale o axioma de que cada povo tem o regime que merece. As restrições que a revolução de 1964 impõe, variáveis de acordo com os diversos governos e as diversas constelações sociais, são transitórias. Tudo é transitório. Também em política. Sobre tudo em política. Virá um dia, certamente, a plena normalização democrática, com as regras do jogo funcionando para todos com segurança e imparcialidade, com a lei fundamental que é a Constituição distribuindo equitativamente direitos e deveres sem a sombra de qualquer ato institucional, com o mecanismo político respeitando os poderes autônomos do país. Mas a pergunta é a seguinte: a situação atual está formando os políticos do futuro, aqueles que amanhã assumirão a nossa democracia? Os políticos atuais, venham dos quartéis ou das praças públicas, além da preocupação de segurança e desenvolvimento, estão criando as condições para o funcionamento normal da democracia em futuro próximo? O que é que se tem feito no sentido de formar conscientemente o povo para participar na vida pública e no jogo democrático? Segurança é um valor real — deve dar segurança aos cidadãos — não é mito. Desenvolvimento é um valor não em si

mesmo mas enquanto promovido para o bem comum. De per si pode existir desenvolvimento ao par de corrupção, de totalitarismos radicais de esquerda ou direita. Regimes extremistas — pensemos no extremismo liquidado que foi o nazismo — trombeteiam aos quatro ventos o seu esforço de desenvolvimento. O critério para avaliar o desenvolvimento, se é autêntico, se é integrado, se é construtivo, não está no próprio desenvolvimento mas fora dele. O critério parece-me ser a formação do povo-povo (chamo povo-povo as grandes massas marginalizadas, conservadas na ignorância e anestesiadas) para sua co-responsabilidade, para a solidariedade, para a participação. Evidentemente pensamos aqui mais no esforço a ser feito do que nos resultados, talvez durante muito tempo ainda precários. Sem esses traços fundamentais que caracterizam a comunidade, inclusive a comunidade nacional, sem pelo menos o esforço para despertá-los nos cidadãos, parece que nunca teremos um desenvolvimento orgânico e sólido, parece que nunca sairemos, apesar de certas exceções e de certas aparências, da condição de fornecedores de matéria-prima, caudatários das ideologias dominantes. A tutela excessiva que o Executivo, à sombra das forças armadas, tem assumido no Brasil, hoje e noutras ocasiões, só foi possível pela omissão, miopia, mesquinhez, incapacidade dos políticos militantes, embora sempre tenham ressoado vozes proféticas, grandes políticos, grandes estadistas que infelizmente foram abafados pelo vazio da retórica ou pela retórica dos pequenos ou falsos interesses. Repito o que disse noutra ocasião: apesar das restrições ainda existe um campo imenso de atuação dos políticos no sentido de criarem condições para o bom funcionamento da democracia de amanhã. Nossas forças armadas, pelas suas elites, querem também a normalização democrática. Ao crescimento setorial, muitas vezes desordenado, desintegrado, sucederá um dia (este dia está longe ou perto, depende de nós) um crescimento sólido, autêntico, integral que garanta ao Brasil, necessariamente grande potência, uma contribuição de paz, de ordem, de equilíbrio em um mundo cada vez mais violento e mais injusto. Parece-me ser esta a vocação política do Brasil como nação. Contanto que consideremos a educação/formação como base sólida e como ponto de partida preferencial para todo tipo de desenvolvimento no futuro.

Sei que estes pensamentos não serão entendidos pelo povo simples. Pode ser que não me leiam nem os aceitem aqueles que poderiam contribuir para modificar a situação. Confio que os cristãos responsáveis espalhados pelos diversos setores da vida social, aqueles que têm o sentimento de Cristo e de Igreja, aqueles que sentem o sofrimento dos humildes, a miséria dos marginalizados, a humilhação dos explorados, saibam escutá-los com seriedade e talvez, se os acharem válidos, saibam concretizá-los no seu campo de atividade social. Aceitos ou não, agradáveis ou não, são estes, meus prezados diocesanos, os pensamentos que a propósito dos 150 anos do Brasil, como nação independente, desejava exprimir-lhes seu irmão

† Adriano, bispo diocesano.

Decreto 1/72: promulga o regimento do dízimo na Diocese de Nova Iguaçu

A implantação, organização e funcionamento do sistema do dízimo na Diocese de Nova Iguaçu obedece às seguintes normas:

2 — Boletim Diocesano

01. Sistema do Dízimo

01. Para manutenção dos agentes de pastoral e para manutenção/desenvolvimento das obras de

Igreja adota-se na Diocese de Nova Iguaçu, a partir de 1º de janeiro de 1973, o sistema do dízimo obrigatoriamente em lugar do sistema de espórtulas até agora vigente.

§ único. Não se deve exigir nada por qualquer ato do culto.

02. Procure-se motivar e educar continuamente os membros da comunidade para sua co-responsabilidade na vida da Igreja.

02. Dizimistas

03. Cada pessoa é livre de dar o dízimo à paróquia ou igreja de sua opção.

04. Contribuem com o dízimo todas as pessoas da família que tenham salário ou fonte de ganho própria.

05. Os dizimistas não gozam de qualquer direito ou privilégio que decorra do dízimo.

06. Na celebração dos atos do culto deve-se dar para todos a mesma solenidade, de sorte que apareçam como atos da comunidade e não como direito particular. Neste sentido os fiéis sejam pacientemente educados.

03. Valor do dízimo

07. O valor do dízimo é determinado livremente pelo próprio dizimista, sugerindo-se como base 1% do ganho ou ordenado pessoal.

04. Organização e administração

08. Cabe à região ou à paróquia determinar a maneira mais prática de organizar e administrar o sistema do dízimo.

§ único. Sendo necessário, a cúria diocesana pode ajudar as paróquias que o desejarem a implantar e organizar o dízimo.

05. Fontes subsidiárias

09. Em todas as Santas Missas haja sempre a procissão do ofertório.

10. Depois da administração do batismo, crisma, matrimônio, dê-se aos fiéis, quer tenham recebido ou não o sacramento, a oportunidade de oferecer uma contribuição, por intermédio de um leigo de preferência.

§ único. Evite-se qualquer tipo de contribuição obrigatória em conexão com os atos do culto.

11. Sendo oportuno, para fins pastorais determinados, pode-se colocar no recinto da igreja alguma caixa de esmolas.

12. Paróquias e igrejas continuam usando seu direito tradicional de organizarem festas e campanhas especiais, para objetivos particulares de cunho pastoral.

13. Realizem-se com boa preparação e motivação as coletas determinadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ou pela diocese, como abertura da comunidade local para as necessidades dos irmãos.

14. Podem ser admitidas quaisquer ofertas desde que sejam honestas em todos os aspectos e não comprometam a liberdade pastoral.

06. Taxas de Serviço

15. Admitem-se taxas de serviço para cobrir as despesas de secretaria e material.

16. As taxas de serviço são fixadas pelo Conselho Presbiteral, de acordo com as sugestões da região pastoral.

17. As taxas de serviço são recolhidas na secretaria, por ocasião da prestação de serviços, mas não em conexão com atos do culto.

18. As taxas de serviço são fixadas na base do salário mínimo em vigor.

19. E' livre, sem qualquer obrigatoriedade, a aquisição de material de secretaria (como diplomas, lembranças, etc.) sempre independentemente de atos do culto.

07. Patrimônio das Paróquias

20. Cada paróquia faça esforço para constituir

um patrimônio que corresponda às suas necessidades pastorais.

08. Santas Missas

21. Todas as Santas Missas são coletivas e celebradas em número correspondente às necessidades pastorais da comunidade.

§ único. Deve-se educar e motivar o povo para a aceitação das Santas Missas coletivas como expressão de comunidade eucarística.

09. Contribuições para a Cúria Diocesana

22. Para manter os serviços diocesanos, cada paróquia contribui mensalmente com uma quantia a ser fixada todos os anos pelo Conselho Presbiteral, de acordo com os párcos/vigários.

23. Para a Obra Pontifícia das Vocações (OPV) cada paróquia contribui mensalmente com a quantia fixada pelo Conselho Presbiteral, todos os anos, ouvidos os párcos/vigários.

§ único. Não serão mais celebradas Santas Missas com espórtulas em favor da Obra Pontifícia das Vocações.

10. Disposições Transitórias

24. A implantação do sistema do dízimo será feita de julho a dezembro de 1972, de sorte que em 1º de janeiro de 1973 todas as paróquias tenham já em funcionamento o novo sistema de manutenção.

25. Até 1º de janeiro de 1973, onde for necessário, se admite o sistema das espórtulas simultaneamente com o sistema do dízimo.

26. Este regimento entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Diocesano.

Catedral de S. Antônio,
Nova Iguaçu, 14 de julho de 1972
† Adriano, bispo diocesano
Mons. Arthur Hartmann, vigário geral
P. João de Nijs, MSC, coord. de pastoral

CALENDÁRIO PASTORAL AGOSTO/1972

01 r(09 h) mensal do clero/Moq
03/06 21º cursilho de homens/Nosso Lar
08 r(09 h) CODIMHI/Moq
09 r(09 h) Cons. Presb./Moq
13 3ª Ultreya/Moq
Dia do Papai
15 r(09 h) CODIMHI/Moq
20 r(14 h) mensal das religiosas/Moq
21 r(20 h) Cons. Adm./cúria
22 r(09 h) CODIMHI/Moq
23 r(09 h) Cons. Presb./Moq
25/27 6º encontro de dirigentes de cursilho
27 Coleta Geral (cf. Diretório Litúrgico)
(18 h) S. Missa e Crisma na Cat.
29 r(09 h) CODIMHI/Moq

CALENDÁRIO PASTORAL SETEMBRO/1972

05 r(09 h) mensal do clero/Moq
07 Dia da Pátria — 150º aniversário da Independência
(10 h) S. Missa/Cat
12 r(09 h) CODIMHI/Moq
13 r(09 h) Cons. Presb./Moq
17 r(14 h) mensal das religiosas/Moq
18 r(20 h) Cons. Adm./cúria
19 r(09 h) CODIMHI/Moq
24 Dia Mundial da Bíblia
(18 h) S. Missa e crisma/Cat
26 r(09 h) CODIMHI/Moq
27 r(14 h) CPresb/Moq
27/29 Manhãs de Estudo/Moq